

Fonte R. Coutinho Class.: G3R00677  
 Data 24/04/92 Pg.: \_\_\_\_\_

# Coiab reage à proposta de Estado

A Carta de Direitos dos Índios do Brasil, que propõe a criação de um Estado com governador, representação no Congresso Nacional e uma parte na arrecadação tributária não causou entusiasmo entre as lideranças indígenas da Amazônia. O documento - apresentado pelo Comitê Intertribal - servirá de subsídio para a Conferência Mundial dos Povos Indígenas que antecederá a Conferência Mundial do Meio Ambiente, a Rio-92. O coordenador da Comissão das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Orlando Baré, avisou: "A Eco-92 (Rio-92) não vai decidir a forma de organização dos povos indígenas", e completou "somos cidadãos brasileiros de nacionalidade indígena".

Para o assessor da presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), Dinarte Nobre de Madeiro, qualquer proposta que possa trazer benefício para os índios é válida, mas ele não quis se aprofundar nos comentários sobre a proposta da Carta de Direitos dos Índios do Brasil, "por não conhecer a substância e forma desse trabalho". Ele questiona como funcionaria um Estado, se somente em Roraima há 15 áreas indígenas. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) também preferiu se reservar a emitir opinião, alegando os mesmos motivos. O coordenador da Assessoria Jurídica do Cimi, Paulo Machado Guimarães, acha interessante uma representação indígena no Congresso, mas questiona como ela seria estabelecida. Ele diz que o Estatuto do Índio já previa um Território Indígena com governo nomeado pela União, o que é inaceitável pelo Cimi.

**Babel** - O que já ficou claro é que há muita gente falando pelos índios. Em recente assembléia realizada em Manaus e que contou com

a participação de representantes de toda a Amazônia e também da Região Sul, a posição do Comitê Intertribal que encontra-se no Rio de Janeiro confeccionando a aldeia Kari-Oca foi duramente criticada. O Comitê ameaçava pedir ajuda dos banqueiros do bicho para prosseguir os trabalhos de construção. Dos líderes presentes na assembléia partiram recados duros e até mesmo declarações de que o Comitê, que se diz Intertribal, não teria representatividade.

Juntamente com a Subcomissão do Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo (OAB), a Comissão Intertribal elaborou o que chama de Carta de Direitos dos Índios do Brasil para servir de subsídio para os índios brasileiros na Conferência Mundial dos Povos Indígenas que acontecerá na aldeia Kari-Oca, de 25 a 30 de maio, pouco antes da Rio-92. A Carta propõe a criação de um território indígena à semelhança de um Estado, com governador indicado e representação no Congresso, uma parte da arrecadação tributária e uma retribuição enfiteutic - espécie de taxa de indenização anual a ser paga pela União por ter tomado as terras que sempre foram dos índios.

Em contraposição à Carta, Orlando Baré diz que a luta deve ser pela autodeterminação e isso passa pela demarcação das áreas indígenas. A Coiab cobra do governo o cumprimento da Constituição Federal que prevê a demarcação até outubro de 1993. Ele frisa que a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente não vai decidir a forma de organização política dos povos indígenas porque essa é uma questão que deve ser decidida por eles mesmos, que são "cidadãos brasileiros de nacionalidade indígena".



Na Assembléia Legislativa, a faixa e a reivindicação

## Assembléia ouve denúncia

O plenário da Assembléia Legislativa Estadual, ontem, tinha uma platéia diferente da que habitualmente comparece àquela Casa. Isto por que a sessão especial, requerida pelo deputado Sebastião Nunes (PT), foi para discutir os problemas dos povos indígenas. Os índios de vários Estados, que estavam em Manaus para o III Encontro das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, lotaram o plenário para falar e ouvir sobre os problemas que os atingem.

Durante as duas horas em que durou a sessão, 11 lideranças indígenas foram à tribuna denunciar os crimes dos quais são vítimas. Entre os denunciados ninguém foi poupado. Antônio Menezes, líder das organizações indígenas do Alto Rio Negro, comparou o PMDB e o PFL com o cartel de Medellín e disse que os líderes desses partidos na região querem invadir as terras indígenas para extrair nióbio em São Gabriel da Cachoeira.